

Documentação para Filho inválido/ incapaz

Documentos obrigatórios do servidor falecido

- Original da Certidão de óbito;
- Original do holerite com data de referência do mês anterior ao óbito do servidor (somente para servidores das seguintes unidades: Tribunal de Contas do Município, Câmara Municipal, Serviço Funerário, Autarquia Hospitalar, HSPM);
- Original da certidão de nascimento ou casamento atualizada, de acordo com estado civil, emitida após o óbito do servidor, com devidas averbações. Observando que em casos de protocolamento posterior a 90 dias do óbito do servidor, o documento deverá ser emitido a menos de 30 dias da autuação do processo;
- Cópia simples do documento de identificação ou certidão de óbito do(s) filho(s);

Documentos obrigatórios do requerente da pensão

- Original do RG (Emitido a menos de 10 anos) ou documento de identificação válido em todo território nacional;
- Original do CPF (caso conste no documento de identificação não é necessário);
- Se o requerente for incapaz (não responde pelos atos civis), deverá ser representado por responsável legal (tutor ou curador), neste caso, apresentar documento de identificação, e a sentença judicial que o nomeou atualizada;
- Para os filhos inválidos, a Declaração de Estado Civil original assinada exclusivamente pelo requerente e por testemunhas (não sendo parentes ou representante legal)– modelo próprio disponível ao final desta orientação. Apresentar acompanhada de uma cópia simples do documento de identificação das testemunhas (assinatura deve ser igual ao documento de identificação). (Anexo I e II desta orientação);
- Certidão de Nascimento Atualizada emitida após o óbito;
- Laudo Médico que conste desde quando a patologia é existente, com CID (Código Internacional da Doença) carimbo e assinatura do médico;
- Certidão de curatela atualizada (para filho incapaz);
- Original do comprovante de endereço em nome do requerente/ representante legal, com validade de até 90 dias retroativos ao óbito;

Informações importantes:

1. Requerentes representados por **procurador**, devem apresentar procuração pública emitida em cartório de registro civil ou formulário com reconhecimento de firma (modelo disponível) ou, se advogado, procuração *Ad Judicia* (todas com poderes específicos para representação junto ao IPREM).
2. Em caso de **morte presumida**, o requerente deve apresentar a comprovação de Ingresso da Ação Declaratória de Ausência (Cópia da Petição Inicial ou Certidão de Curatela do Ausente);

Declaração de Estado Civil

(Para maiores de 18 anos)

Declaro sob as penas da lei que o meu estado civil é _____.

() **Convivo maritalmente**

() **Não convivo maritalmente**

São Paulo, _____/_____/_____

Nome :

R.G. nº

Declaro estar ciente de que, se concedido o benefício, o mesmo será cessado (anulado) nas seguintes hipóteses: pelo casamento, convivência marital, idade (21 anos) e emancipação, conforme previsto artigo 21, incisos II, V e VI da Lei 15.080/2009

São Paulo, _____/_____/_____

Nome:

R.G. nº

Testemunhas: (não podem ser parentes)

01. Nome: _____

Estado Civil _____ Telefone: _____

R.G nº _____ CPF nº _____

Endereço _____

Assinatura: _____

02. Nome: _____

Estado Civil _____ Telefone: _____

R.G nº _____ CPF nº _____

Endereço _____

Assinatura: _____

Obs.: A falsa declaração constitui falsidade ideológica, prevista no artigo 299 do Código Penal.

Declaração de Estado Civil

(Para menores entre 16 e 17 anos)

Declaro sob as penas da lei que o meu estado civil é _____.

() **Convivo maritalmente**

() **Não convivo maritalmente**

São Paulo, _____/_____/_____

Nome :

R.G. nº:

Representante Legal

Nome :

R.G. nº:

Obs.: A falsa declaração constitui falsidade ideológica, prevista no artigo 299 do Código Penal.